

AS ACADEMIAS MILITARES NA REPÚBLICA BRASILEIRA: UM ESTUDO DE EDUCAÇÃO POLÍTICA

Geraldo Inácio Filho¹

RESUMO

O presente trabalho trata do processo de construção da educação política dos militares. A ênfase explicativa recai sobre a fabricação da representação militar do Exército Brasileiro, reportando-se às Academias Militares da Praia Vermelha, do Realengo e das Agulhas Negras (AMAM), esta última, em período recente, muito influenciada pela Escola Superior de Guerra e pela Doutrina da Segurança Nacional.

ABSTRACT

The present work is about the process of construction military political education. The mean explication is about the maked of the military representation of Brazilian Army, reporting to Military Academies of Praia Vermelha, Realengo and Agulhas Negras (AMAN), this last, in recent period, very influenced by Superior School of War and by the National Security Doctrine of Brazil.

INTRODUÇÃO

A questão que nos ocupará é como se deu, ao longo da República, a educação política dos militares do Exército Brasileiro. Como foi elaborada sua **Representação Coletiva**, como eles vêm a si próprios e que imagem constróem do contexto social como um

¹ Diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação (gifilho@ufu.br).

todo. Que mecanismos formadores de opinião e que práticas políticas determinaram a caracterização que fazem de si próprios como “mais patriotas”, como mais dedicados à cidadania que os civis (paisanos), de modo a se sentirem capazes de se sobrepôr à sociedade civil direcionando ou tutelando os rumos da política, da economia e do contexto cultural como um todo?

Se a educação dos militares brasileiros tem como suposto a descrença ou a incapacidade da sociedade civil gerir a si própria e se isto se mantém inalterado nos dias de hoje — não temos motivos para supor que tenha mudado —, esta é uma variável com muita influência sobre a visão de mundo autoritária, em tudo danosa ao exercício da cidadania. Desta forma a tortura, a prisão arbitrária, o assassinato e a violação das leis era justificada em nome da segurança do Estado, a qual os militares brasileiros insistiam em confundir com defesa da “Democracia”. A **mentalidade** coletiva do referido estrato social talvez não fosse homogênea, pois diversos militares opuseram-se a estas arbitrariedades. Contudo, aqueles que agiram politicamente nos órgãos de repressão estavam seguros que agiam pelo bem comum e para salvar esta “Democracia” da ameaça comunista. Daí justificarem as atitudes acima referidas ou outras situações, onde atos de terrorismo eram utilizados para concretização dos objetivos de impedir a “distensão”, na gestão Geisel e a “abertura” da presidência Figueiredo.

O objetivo será demonstrar como formas de **consciência social**, possibilitadas pela emergência do discurso conservador, condicionaram num sentido negativo a gênese e o desenrolar da repressão aos movimentos sociais transformadores no interior da sociedade brasileira; explicar o processo histórico de constituição do referido discurso, verificar se o caráter de sua influência sobre o ânimo político de certos oficiais pode ter facilitado a emergência de práticas e atitudes autoritárias.

A REPRESENTAÇÃO COLETIVA

O discurso de uma coletividade, grupo ou instituição é uma forma sistematizada de expressão verbal, uma estrutura simbólica com função comunicativa, mas não é apenas isso. Para além das funções

aparentes do discurso, a análise deve levar em conta que todo discurso recobre uma articulação de modos de pensar, de perceber a realidade, de orientar-se seletivamente em relação à realidade e mesmo de interpretar o mundo vivido. Modos que são socialmente criados (MICHELOTO, 1991, p. 15).

O conceito de **representação coletiva** surgiu quando Émile Durkheim procurou entender os mecanismos que garantem a coesão social a despeito das tensões e rivalidades latentes em todos os grupos humanos. Para Durkheim (1989, pp. 510-526), a *imagem* é o mais importante destes mecanismos. Ele concluiu que através de imagens - materializadas em pinturas, esculturas, bandeiras, medalhas, tatuagens, cocares, brasões, etc. - os grupos sociais podem referir-se a si mesmos, regular seu funcionamento, sua hierarquia e as diferenciações entre seus membros.

As representações coletivas são formas de organização do conhecimento da realidade, embora esta mesma "realidade" seja também uma construção social. As representações coletivas fornecem sistemas de valores indispensáveis para a vida dos grupos sociais, na medida em que regulam a organização simbólica e inconsciente da realidade para todos os indivíduos de uma comunidade determinada.

Tratando o discurso e a prática coletiva dos militares sobre a sociedade brasileira como uma **representação**² estamos nos referindo a uma dimensão da realidade empírica e não a uma construção puramente teórica. O referido discurso faz-se presente em diversos grupos que se mobilizam no meio militar, conferindo-lhes identidade e legitimando suas ações coletivas; demarca os modos de pensar e as práticas sociais de parcelas ponderáveis da hierarquia do Exército e de suas "bases" civis. Trata-se de um discurso construído em direção a uma realidade social estabelecida que contempla o *status quo* social vigente e em defesa deste remete suas principais mensagens.

² Para aprofundamento do conceito de representação coletiva, em termos mais recentes, recomendamos a leitura de CHARTIER (1990 e 1991).

A ESCOLA MILITAR DA PRAIA VERMELHA

A guerra da Tríplice Aliança viria mostrar que uma instituição militar baseada em tropa irregular de cavalaria, característica da Guarda Nacional, não poderia obter grandes resultados diante de um sólido sistema de fortificações levantado por Lopez nas barrancas do rio Paraguai, embora pudessem ter seu papel ao lado, secundariamente, de um Exército regular, disciplinado, profissional. As tropas da Guarda Nacional eram comandadas por estancieiros e engrossadas por peões, arregimentadas à base de voluntários. Eram auxiliadas pelas tropas de linha, engajadas também de forma voluntária, do mesmo modo que as suas equivalentes do período de ocupação colonial; seus quadros eram preenchidos por vagabundos e arruaceiros.

Abolicionistas e republicanos aliaram-se na luta por conquistas democráticas, além das humanistas relativas ao fim da escravidão. Contudo, os interesses da cafeicultura aliada aos canavieiros, pecuaristas e seringueiros acabou por vencer:

Predominaram a economia primária exportadora, a política de governadores manejados pelo governo federal e o patrimonialismo em assuntos privados e públicos. O liberalismo econômico prevalecia nas relações econômicas externas, nas quais sobressaia a Inglaterra. Nas relações internas, entre setores dominantes e assalariados, predominava o patrimonialismo (IANNI, 1990, p. 24).

No período de agonia do Império, a formação militar, especialmente na Escola Militar da Praia Vermelha, abeberou-se do que se discutia na Europa de sua época. Nossos intelectuais mais destacados como Tavares Bastos, Sílvio Romero, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Raul Pompéia, entre outros, aproveitaram-se dos ensinamentos liberais, positivistas, evolucionistas, darwinistas, materialistas de diversos matizes.

Com a República mudou qualitativamente a participação dos militares em eventos políticos. O declínio do Positivismo levou a Escola Militar a buscar novas orientações. Isso, aliado ao abandono do ensino teórico, direcionou o Exército para sua tão almejada profissionalização,

para torná-lo semelhante aos exércitos de nações modernas, o que se dá sobretudo após a participação do marechal Hermes da Fonseca como titular da pasta da Guerra e posteriormente como titular do executivo. Novas orientações teóricas vão sendo adotadas. Canudos, Contestado e a Revolta da Armada vão encontrar o Exército do lado da ordem. Os rumos tomados pela força terrestre, estavam já voltados apenas para a satisfação das suas necessidades enquanto tropa militar, o que minimizava as tensões com as oligarquias e sua respectiva política.

A República atendeu aos reclamos do Exército ampliando-lhe os efetivos. A Escola Militar que se desmembrou e, a partir de 1873, deixou a cargo da Escola Central (hoje Politécnica) o ensino de engenharia civil³, passou a formar seus oficiais somente na Praia Vermelha e teve então seu currículo modificado sob orientação do general Benjamin Constant.

Desta forma, o inconformismo do Exército nas duas décadas finais do período monárquico tendeu a se diluir, mas não muito rapidamente, pois, uma vez aprovada a primeira Constituição Republicana, por ocasião da eleição do primeiro presidente, postas as candidaturas de Deodoro da Fonseca (militar) e Prudente de Morais (civil), oficiais deodoristas pressionaram o Congresso pela escolha do velho Marechal, ameaçando-o com dissolução.

Porém, tanto as escolas militares da Praia Vermelha e a Superior de Guerra⁴ quanto o Clube Militar intervieram em favor da legalidade e da liberdade de escolha que a constituição conferia ao legislativo. E quando, em 1892, mais uma vez deodoristas exaltados levantaram as fortalezas de Santa Cruz e de Laje, e em 1893, por ocasião da revolta da armada, os alunos da Escola Militar da Praia Vermelha deram apoio ao governo tanto guarnecendo quartéis legalistas, como combatendo em linha de frente, agindo como agentes de ligação, escoltando presos políticos, organizando batalhões populares.

³ Até então os engenheiros civis eram formados pela Escola Militar, a ponto de se constituírem, em determinada época, mais da metade dos efetivos da Escola (MOTTA, 1976).

⁴ Não se trata da atual ESG, mas de uma Escola Militar.

Apesar da República estar em andamento e tendo-se colocado em prática, ainda que de modo lento e gradual, a burocratização pretendida pelos militares, a Escola da Praia Vermelha, ainda assim, teve dificuldades para voltar a ser simplesmente um instituto de ensino. Depois de cerca de 15 anos de agitação em que funcionou como um centro de ativismo político isso não seria fácil. As rebeldias prosseguiram a ponto de seus alunos receberem um velho marechal tido como antiflorianista aos gritos de vivas a Floriano Peixoto; tentando ainda resistir à decisão do governo de recolher a munição da escola (1897), além de se envolverem em comemorações e distúrbios de rua, em franca incompatibilidade com regulamentos militares e hierárquicos (MOTTA, 1976, pp. 247-252).

A Escola permaneceu em contestação e em resistência ao governo civil oligárquico. Em 1904, na gestão Rodrigues Alves, quando ocorreu a “revolta da vacina”, ela se envolveu nas agitações de rua e em conspiração para a derrubada do governo. Rumando para o Catete, defrontou-se com tropas legalistas e, após curto tiroteio, seu comandante foi ferido. No outro dia tropas do Exército e da Marinha cercaram o edifício da Praia Vermelha, seus alunos foram presos e a Escola fechada, surgindo em seu lugar a Academia Militar do Realengo (1906), onde o Exército promoveu experiências sobre a formação de oficiais até 1944, quando foi criada a Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN).

Alguns oficiais atribuíram o episódio (participação na revolta) à promiscuidade entre cadetes e “paisanos”, uma vez que os alunos não residiam na Escola Militar, nela passando o dia envolvidos com os estudos e a instrução militar, mas dormindo em repúblicas ou pensões. Nesta época foi elaborado um regulamento que destacava o ensino profissional e relacionava os estudos teóricos às necessidades militares (CASTRO, 1990, pp. 123-124).

A ESCOLA MILITAR DO REALENGO E O “ESPÍRITO MILITAR”

A construção de um “novo espírito militar” é atribuída ao general José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, que comandou a Escola Militar do Realengo nos quatro anos que se seguiram à

Revolução de 1930. As inovações que introduziu permaneceram praticamente inalteradas até hoje: o estandarte do Corpo de Cadetes, o brasão da Academia, o uniforme histórico, a revalorização do título de cadete, observando os princípios da heráldica, são medidas que se constituem na “invenção das tradições”:

[...] um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas: tais práticas, de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade. (...) Na medida em que há referência a um passado histórico, as tradições “inventadas” caracterizam-se por estabelecer com ele uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a “invenção da tradição” um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea (HOBSBAWN, 1984, pp. 9-10).

A criação do Corpo de Cadetes, o rígido enquadramento militar dos alunos através da adoção de um código disciplinar especial e o Regimento Interno ao Corpo de Cadetes são criações de 1932. Todos os cadetes passaram a viver em regime de internato, num tempo e espaço rigorosamente visíveis. Foi alterado o sistema de punições disciplinares, pelas quais os transgressores passaram a cumprir pena de prisão na própria Escola e não nos corpos de tropa e é desta época o fortalecimento da importância da classificação escolar, instituindo a premiação dos melhores colocados e o preenchimento das vagas nas guarnições conforme esta classificação (CASTRO, 1990, pp. 129-131).

O objetivo explicitado pelo comandante da Escola do Realengo era criar uma **elite homogênea**, um novo corpo de oficiais que iriam substituir os velhos quadros; novos oficiais, novas mentalidades, mentalidades uniformes, ações conjuntas e não personalismos. O novo

cadete, portanto, deveria gozar de prestígio social, ser socialmente bem situado. Para tanto, José Pessoa Cavalcanti contatou os clubes cariocas de maior prestígio à época como Fluminense e Tijuca Tênis Clube para que os cadetes fossem convidados para suas festas. Por outro lado, desestimulava o seu comparecimento aos festejos suburbanos do Méier e de Bangu (CASTRO, 1990, pp. 130-131).

O trote é uma forma de descontração e de contato entre os cadetes experientes (veteranos) e os novos (“bichos”). É uma forma de socialização, uma maneira de impor desde cedo ao chegante os princípios de autoridade e hierarquia. Ora, o futuro oficial viverá em um mundo onde um centésimo de ponto na nota atribuída poderá definir quem é o oficial mais antigo, quem terá prioridade na escolha e preenchimento das vagas, o que pode significar uma transferência para uma zona de fronteira ou um grande centro. Assim, o trote mostra-lhe que o cadete do segundo ano, por ser mais antigo, está hierarquicamente melhor situado que o “bicho”. Pode, portanto, mandar-lhe, pode dar-lhe ordens.

Michel Foucault, analisando a disciplina militar, mostra como esta passa a ser vista como questão política. Aceita a possibilidade da guerra como estratégia ser a continuação da política:

[...] Mas não se deve esquecer que a “política” foi concebida como a continuação senão exata e diretamente da guerra, pelo menos do modelo militar como meio fundamental de prevenir o distúrbio civil. A política, como técnica da paz e da ordem internas, procurou pôr em funcionamento o dispositivo do exército perfeito, da massa disciplinada, da tropa dócil e útil [...] Nos grandes Estados do século XVIII o exército garante a paz civil sem dúvida porque é uma força real, uma espada sempre ameaçadora, mas também porque é uma técnica e um saber que podem projetar seu esquema sobre o corpo social. A era clássica viu nascer também a minuciosa tática militar e política pela qual se exerce nos Estados o controle dos corpos e das forças individuais. O sonho de uma sociedade perfeita é facilmente atribuído pelos historiadores aos filósofos e juristas do século XVIII; mas há também um sonho militar da sociedade; sua referência fundamental era não ao estado de

natureza, mas às engrenagens cuidadosamente subordinadas da máquina, não ao contrato primitivo, mas às coerções permanentes, não aos direitos fundamentais, mas aos treinamentos indefinidamente progressivos, não à vontade geral mas à docilidade automática. Enquanto os juristas procuravam no pacto um modelo primitivo para a construção ou a reconstrução do corpo social, os militares e como eles os técnicos da disciplina elaboravam processos para a coerção individual e coletiva dos corpos (FOUCAULT 1977, pp. 151-152).

Alain ROUQUIÉ (1984, pp. 122-142) atribui a origem do sentimento de superioridade dos militares em relação ao elemento civil a uma modernização dessincronizada do Estado, fazendo-os sentirem-se como pioneiros e tornando-se eles próprios modernizadores do Estado — como ocorreu no Brasil durante o Estado Novo e os governos militares pós-64. A modernização da Força, os procedimentos de seleção e promoção difere-os do amadorismo dos funcionários civis que, em muitos casos, ocupam postos na burocracia do Estado como recompensa de algum apadrinhamento. Desta maneira, diz Rouquié: *o corpo de oficiais 'profissionalizados' forma no seio do Estado um núcleo duro em um corpo mole e informe.*

O autor supra citado entende que, ao contrário do que se pretendia, as missões militares na América Latina trouxeram um componente de mobilização política dos militares locais:

Uma das principais tarefas das missões estrangeiras foi, na realidade, fornecer para os exércitos do continente a panóplia completa dessas prescrições que nada deixam ao acesso ou à fantasia de quem as executa. Enfim, a codificação do avanço como importante mecanismo burocrático molda as mentalidades militares e distingue-as dos funcionários civis do mesmo período [...] (ROUQUIÉ, 1984, p. 126)

O fato de terem consciência de pertencerem a um corpo de elite do Estado, ao lado do ensino técnico que desfrutaram, o que lhes possibilita acesso a tecnologias avançadas, permite aos militares cultivar um sentimento de superioridade militar:

Além do mais, os procedimentos para o recrutamento e os avanços na carreira, inspirados em critérios universalistas, fazem do Exército uma verdadeira contra-sociedade ideal em que reina, aos olhos de seus próprios membros, a justiça, a hierarquia legítima e a solidariedade orgânica [...] (ROUQUIÉ, 1984, p. 127).

AS INFLUÊNCIAS

Se a influência militar alemã foi grande sobre os “jovens turcos”, uma vez que àquele época o prestígio do exército germânico era grande devido à sua vitória sobre a França em 1871 e à reorganização que procedera na referida força no decorrer da segunda metade do século XIX, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a França, tendo vencido a Alemanha, ocupará o lugar daquela na influência quanto à doutrina militar a ser adota pelo Exército. Contudo, a tarefa mais espinhosa e, pelo visto, mal sucedida, dizia respeito a afastar a jovem oficialidade das disputas políticas, uma vez que se acreditava haver uma relação direta entre profissionalização do Exército e apoliticismo militar.

Na Revista *A Defesa Nacional*, fundada pelos “jovens turcos” o ensino militar foi dissecado em detalhes. A arquitetura, a distribuição do espaço interno, para tudo foi traçado o perfil ideal. Seu modelo de Escola Militar era a de Munique. E quanto à rivalidade entre oficiais bacharéis e tarimbeiros⁵, posicionou-se contra ambos e a favor de um exército verdadeiramente profissional. Porém, em artigos assinados na *Revista do Exército* fundada no século XIX, militares posicionaram-se contra a participação em politicagem, mas não numa política “grande”, o que seria até estimulada. E no primeiro número de outubro de 1913, assim se expressou um articulista para justificar a necessidade dessa participação:

⁵ Os bacharéis eram os formados pelas Academias Militares, enquanto os tarimbeiros eram os formados nos corpos de tropa, muitos deles iniciando a carreira como recrutas e atingindo postos de comando.

Se nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exército não sai geralmente de seus quadros e funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército, única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente - vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou estabilização social (CAPELA, 1988, p. 176).

Tanto a *Revista do Exército* quanto a *Defesa Nacional* podem ser consideradas tentativas internas da Força Terrestre em iniciar um movimento pela elaboração de uma **mentalidade militar**. Era preciso construir um Exército coeso, disciplinado e técnico. O que se discutia, inicialmente, nas duas revistas, era esta necessidade. Em ambos os casos ficou constatada a impossibilidade de se distanciar totalmente do temido e indesejado campo da política, ainda que não partidária. Percebia-se, nos dois periódicos, que apenas através das mudanças políticas seus objetivos seriam alcançados. Era preciso transmitir aos civis um pouco das “virtudes militares”.

Políticos tidos como liberais, a exemplo de Armando de Salles Oliveira, candidato à presidência da República pelo Partido Constitucionalista para as eleições que se realizariam em 1937, em diversos momentos da campanha passaram a defender maior participação do Exército no sistema educacional e a citar Alemanha, Itália e Portugal como exemplos a serem seguidos, mesmo ao preço da liberdade suprimida. Propuseram, inclusive, que se adotasse seus métodos de propaganda (HORTA, 1994, pp. 28-29).

A idéia de defesa nacional cedeu lugar à de “segurança nacional”, no momento em que aquela tornava-se insuficiente para justificar a preparação total para a guerra e legitimar a política do Exército como política de mobilização nacional.

Seguindo este raciocínio, o Conselho de Defesa Nacional é transformado em Conselho Superior de Segurança Nacional, em 1934. A mudança adquiriu concretude quando o conceito de segurança passou a exprimir uma permanente presença do inimigo. Então, a

partir de 1935, a segurança da pátria estaria ameaçada não apenas por inimigos externos, mas também “internos” que seriam geralmente identificados com os “comunistas”. Essa mudança foi a base para o desenvolvimento da “doutrina da segurança nacional”, depois de 1945.

O principal objetivo de uma instituição militar é garantir a segurança do Estado. A segurança deste deve ser a principal preocupação dos militares. Os interesses corporativos da referida instituição estão diretamente relacionados com este objetivo fundamental e esta relação é mediatizada por um conjunto de atitudes consagradas como “mentalidade militar”. Segundo Edmundo Campos COELHO (1990, pp. 351-352) esta mentalidade viria revestida de nacionalismo, de uma visão pessimista sobre a natureza humana e do alarmismo ou propensão a fazer estimativas exageradas sobre as probabilidades de ocorrência de conflitos armados (guerras, revoluções, etc.).

Ao longo do processo de modernização e profissionalização das instituições militares brasileiras percebemos a manifestação e o inter-relacionamento das referidas atitudes com objetivos e interesses da Força. Todavia, a modernização e a profissionalização citadas ocorreram no interior de uma sociedade fragmentada e de um Estado fraco. Durante o primeiro governo de Getúlio (1930-1945) o poder do Estado só fez crescer e, certamente, não foi por desejo ou ação dos setores subalternos da sociedade brasileira.

O “ESPÍRITO MILITAR” NA ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

Tanto a profissionalização quanto a elaboração da **representação** dos militares caminham juntas. Ambas constituíram-se em contradições insuperáveis. A profissionalização desejada não foi conseguida, se considerarmos a politização que os oficiais do Exército tiveram ao longo de todo o período republicano. Contudo, a proximidade com o Exército Norte-americano e os constantes treinamentos dos oficiais nos Estados Unidos, o deslocamento do eixo teórico francês para o americano, trouxeram maior eficiência aos militares referidos. E foi justamente inspirada na Doutrina da

Segurança Nacional que se construiu a **representação coletiva** no interior do Exército, após a criação da Academia Militar das Agulhas Negras.

Na construção dessa **representação coletiva**, não podemos nos esquecer que, a par da doutrinação anticomunista e antiesquerdista, foi trabalhada a formação de um espírito de corpo nos oficiais, os quais, dada sua situação de formadores de mentalidade no interior da Força, acabam por estender o referido "espírito militar" a todos os praças (suboficiais incluídos), posto que sejam oficiais os instrutores nas Escolas Militares.

A relação da representação quando perturbada pela fraqueza da imaginação faz com que o engodo seja tomado pela verdade, que se considere os signos como índices seguros de uma realidade sentida como tal, embora não seja real. Desta maneira desviada, a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta (CHARTIER, 1991, pp. 185-186). No caso, o recurso à força é argumento menos conveniente quando se trata de construir o espírito militar. Pois, de outra forma, o referido "espírito" não seria mais que ficção.

Como se desenvolve esse "espírito militar"? O cadete vive um intenso processo de socialização profissional durante o qual deve aprender valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar. É na interação cotidiana com outros cadetes e com oficiais que ele aprende como ser militar. Os oficiais têm a idéia de que apertando em coisas do dia-a-dia, em questões rotineiras, o cadete evita pensar em "coisas grandes", a política, por exemplo. Uma série de atributos morais como senso de honestidade e "retidão" de caráter; preocupação com causas "nobres e elevadas", "Pátria", "Brasil", "espírito de renúncia" e o desapego aos bens materiais; o respeito à ordem, à disciplina e à hierarquia, reforçam e ampliam a fronteira que os separa dos "paisanos" (CASTRO, 1990, pp. 12 e 42).

Aqui tomaremos "paisano" em lugar de civil, uma vez que o "paisano" da **representação militar** é uma construção, evada de preconceitos em relação aos civis. Nela os militares confundem liberdade com baderna e anarquia, preconizam para o mundo civil uma situação hierárquica de tal maneira rígida que engessaria toda a

mobilidade social e democrática, convertendo-se numa camisa de força para o regime político. Desta maneira, demonstram conhecer pouco acerca de uma diferenciação efetivamente necessária, e se postam como modelos de comportamento social.

Mas a construção do “espírito militar” dá-se pela diferenciação em relação ao construto “paisano”, como pela diferenciação e assemelhação entre si. De um lado apregoa-se que na caserna todos são iguais, pois tanto o rico quanto o pobre desfrutariam das mesmas dependências e instalações quartelares. De outro lado, os militares do Exército distinguir-se-iam daqueles da Marinha e da Aeronáutica. Mesmo os do Exército distinguir-se-iam uns dos outros pela Arma: Artilharia, Cavalaria, Comunicações, Infantaria, Intendência, Material Bélico.

Há sempre uma dialética igualdade versus diferenciação, o que faz com que no interior de uma mesma Arma, a Artilharia, por exemplo, todos são artilheiros, expressão da igualdade. Mas, em um grupo altamente hierarquizado que são, os oficiais formados num ano, serão identificados como pertencentes àquela turma (geralmente com um nome definido), ainda é igualdade, mas dentro da mesma turma, toda a pontuação obtida desde o primeiro ano da AMAN, até receber a espada, na condição de aspirante a oficial, será considerada nos mínimos detalhes de forma tal a diferenciar a antigüidade de cada um. O mais pontuado é primeiro da turma. Aqueles que são os primeiros na AMAN, na EsAO e na ECEME são denominados “tríplice coroados” e suas chances de atingir o generalato são muito grandes. Distingue-se uma Arma da outra pela eleição de seus patronos, seus símbolos, sua **representação** da Arma, a qual não pode conflitar com a da Força (seja terrestre, aérea ou marítima).

O discurso militar não é somente o discurso da instituição militar, do Exército no caso em pauta, através de seus representantes e “intelectuais”, nem a forma de pensar de uma única classe. O discurso militar não é homogêneo e reflete as ambigüidades e tensões implícitas em sua relação com a sociedade. Tanto os “jovens turcos” quanto os reformadores oriundos do contato com a “missão francesa”, quanto o grupo da “Sorbone” (ESG), têm, cada um a seu turno, discursos peculiares.

A “opção pela elite” encetada de forma sistemática a partir

dos primeiros anos após a Revolução de 1930 foi aprofundada na Escola Superior de Guerra. Mas a tal ponto os militares suspeitam dos civis, incluindo aí as elites civis, que tomaram em suas próprias mãos a missão de formar a própria elite dirigente do país, ação que se reveste de um caráter messiânico.

A Doutrina da Segurança Nacional, base da pregação ideológica do regime militar, tinha como fundamento a idéia muito simplista de que o mundo se divide em dois pólos: o comunista e o democrático. Neste segundo poderíamos incluir Estados Unidos, Europa Ocidental (de Portugal de Salazar e Espanha de Franco aos países escandinavos) a racista África do Sul, etc. O comunismo estando em guerra contra a democracia não deixaria a esta outra alternativa senão defender-se. Mas como se supõe que os comunistas estão infiltrados por toda parte, sua guerra envolve permanentemente toda a sociedade, é necessário um sistema especial de governo para que haja segurança.

Segundo esta doutrina, há uma guerra total e permanente envolvendo toda a sociedade. Tal guerra seria um impedimento para a democracia, uma vez que os mecanismos de defesa da democracia são muito frágeis. A guerra só deverá terminar com o esgotamento total do inimigo. Assim, mistura-se de maneira obsessiva os conceitos de subversão, crítica, oposição política, guerrilha, terrorismo, guerra psicológica, uma vez que tudo é considerado parte das táticas utilizadas pela "guerra revolucionária" (DALARI, 1979; COMBLAIN, 1978).

CONCLUSÃO

Como vimos, na Escola Militar da Praia Vermelha a influência inicial foi do Positivismo Comteano. A participação política dos militares na política dava-se de modo pouco sistemático, não raras vezes provocando o confronto entre eles próprios. A participação da Escola na "revolta da vacina" provoca seu fechamento e a abertura, dois anos mais tarde, de outra Escola Militar, a do Realengo.

No início do século XX os "jovens turcos", tenentes estagiários na Alemanha, trouxeram a visão de estratégia e organização militar prussianas e de posse desta fundamentação teorizaram acerca de

assuntos militares, incursionando ainda pelo campo da sociologia política. Até esta época pouca preocupação havia com a formação de uma mentalidade militar de maneira sistematizada.

Com a derrota da Alemanha na I Guerra Mundial, novamente volta a moda a Escola de Guerra da França, anteriormente desbancada pela derrota do exército deste país em 1871. Ao Brasil veio uma missão militar francesa organizar a Força Pública do Estado de São Paulo e, posteriormente, o próprio Exército Nacional.

Com a Revolução de 1930, depois de muitos levantes militares nos anos 20, conhecidos como Tenentismo, ocorre uma tentativa de se criar um "espírito de corpo" na Academia Militar. As bases para a construção de uma idéia de superioridade estavam postas. Após a criação da Escola Superior de Guerra (1949), o pensamento ali elaborado forneceu os fundamentos para a educação política dos militares, para a construção de uma representação coletiva calcada na idéia de que eles poderiam suprir vantajosamente instituições da sociedade civil e mesmo política. Assim, será a formação política em Agulhas Negras.

Os fundamentos discutidos no presente trabalho forneceram o suporte teórico para a ação política dos militares que se consubstanciou em: arrocho sem precedentes para sindicatos, organizações estudantis, partidos políticos de esquerda; censura à imprensa e às manifestações artísticas e culturais; terrorismo, tortura e assassinato político. Afinal, tudo se justificava através da idéia de guerra permanente e total. Afinal, o inimigo era não apenas externo, mas também interno. Ao inimigo, deve-se, em termos militares, buscar o aniquilamento. Isto faz parte da teoria moderna da guerra, desde Napoleão Bonaparte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPELA, L. M. C. (1988). "Militares e organização nacional: os jovens turcos". *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo: ANPOCS-Vértice-Editora Revista dos Tribunais, pp. 162-184.

- CARONE, E. (1965). *Revoluções do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. São Paulo.
- CASTRO, C. (1990). *O espírito militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CASTRO, P. F. (1964). "A experiência Republicana". In: HOLLANDA, S.B. *História da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL. pp. 9-67. Tomo 2, v.2.
- CHARTIER, R. (1990). *A história cultural*. Trad. Maria M. Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (1991). "O mundo como representação". *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 11, v. 5, pp. 171-191.
- COELHO, E. C. (1990). "A instituição militar no Brasil". *BIB*, São Paulo: ANPOCS-Cortez, n. 15-19, pp. 335-359.
- COMBLAIN, J. (1978). *A ideologia da segurança nacional*. Trad. A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COSTA, W. P. (1990). *A espada de Dâmocles*. São Paulo: USP. (Tese de doutoramento).
- DALARI, D. A. (1981). Uma lei de insegurança. *Folha de S.Paulo*, 21 jun., p. 10 (Folhetim).
- DURKHEIM, E. (1989). *As formas elementares da vida religiosa*. Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulinas.
- FOUCAULT, M. (1977). *Vigiar e punir*. Trad. Lígia M. P. Vassalo. Petrópolis: Vozes.
- HOBBSAWN, E. (1984). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- HORTA, J.S.B. (1994). *O hino, o sermão e a ordem do dia: o regime autoritário e a educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- IANNI, O. (1990). "A idéia de modernidade". *Revista Resgate*, n. 1, Campinas, pp. 19-38.
- INACIO FILHO, G. (1997). *Ordens do Dia e Educação Política: da construção à materialização da representação coletiva*. Campinas: UNICAMP. (Tese de doutoramento).
- MICHELOTO, A. R. (1991). *Catolicismo e libertação dos setores subalternos rurais*. São Paulo: PUC-SP. (Tese de doutoramento).
- MOTTA, J. (1976). *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro: Artes Gráficas.
- ROUQUIÉ, A. (1984). *O Estado Militar na América Latina*. Trad. Leda R. C. Ferraz. São Paulo: Alfa Omega.
- SAES, D. (1985). *A formação do estado burguês no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.